



ACÓRDÃO Nº972/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11607/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Direitos Humanos – FMDH.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Maria da Conceição Sampaio Moura (Ordenador de Despesa), Suzy Anne Zozimo Sabino de Araújo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2023/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Direitos Humanos – FMDH. Exercício de 2020.

Regularidade. Quitação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas da Sra. **Maria da Conceição Sampaio Moura** (de 01 de Janeiro a 04 de Junho de 2020), **Suzy Anne Zózimo Sabino de Araújo** (de 04 de Junho a 31 de Dezembro de 2020) e **Ana Celia da Silva Souza Carvalho** (Contadora), responsáveis pelo Fundo Municipal de Direitos Humanos – FMDH, no curso do exercício 2020, nos termos do artigo 22, I, c/c art. 23 da Lei Estadual n. 2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM);
- 10.2. **Dar quitação** a Prestação de Contas das Sras. **Maria da Conceição Sampaio Moura, Suzy Anne Zózimo Sabino de Araújo e Ana Celia da Silva Souza Carvalho**, recomendando à origem que, por meio de articulação com a SEMASC (Secretaria à qual o Fundo se encontra vinculado) e com a Prefeitura Municipal de Manaus, busque tornar efetiva a atuação do FMDH, em consonância com o princípio constitucional da



ACÓRDÃO Nº972/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

eficiência, insculpido no artigo 37, caput, da Carta Magna, e à luz de todas as incumbências de promoção e defesa dos direitos humanos cometidas à SEMASC e definidas no artigo 1º da Lei Municipal n. 2369/2018;

10.3. Dar ciência as Sras. **Maria da Conceição Sampaio Moura, Suzy Anne Zózimo Sabino de Araújo, Ana Celia da Silva Souza Carvalho** e aos demais interessados do teor da decisão;

10.4. Arquivar o processo após cumpridos os itens anteriores, nos termos regimentais.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Junho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral